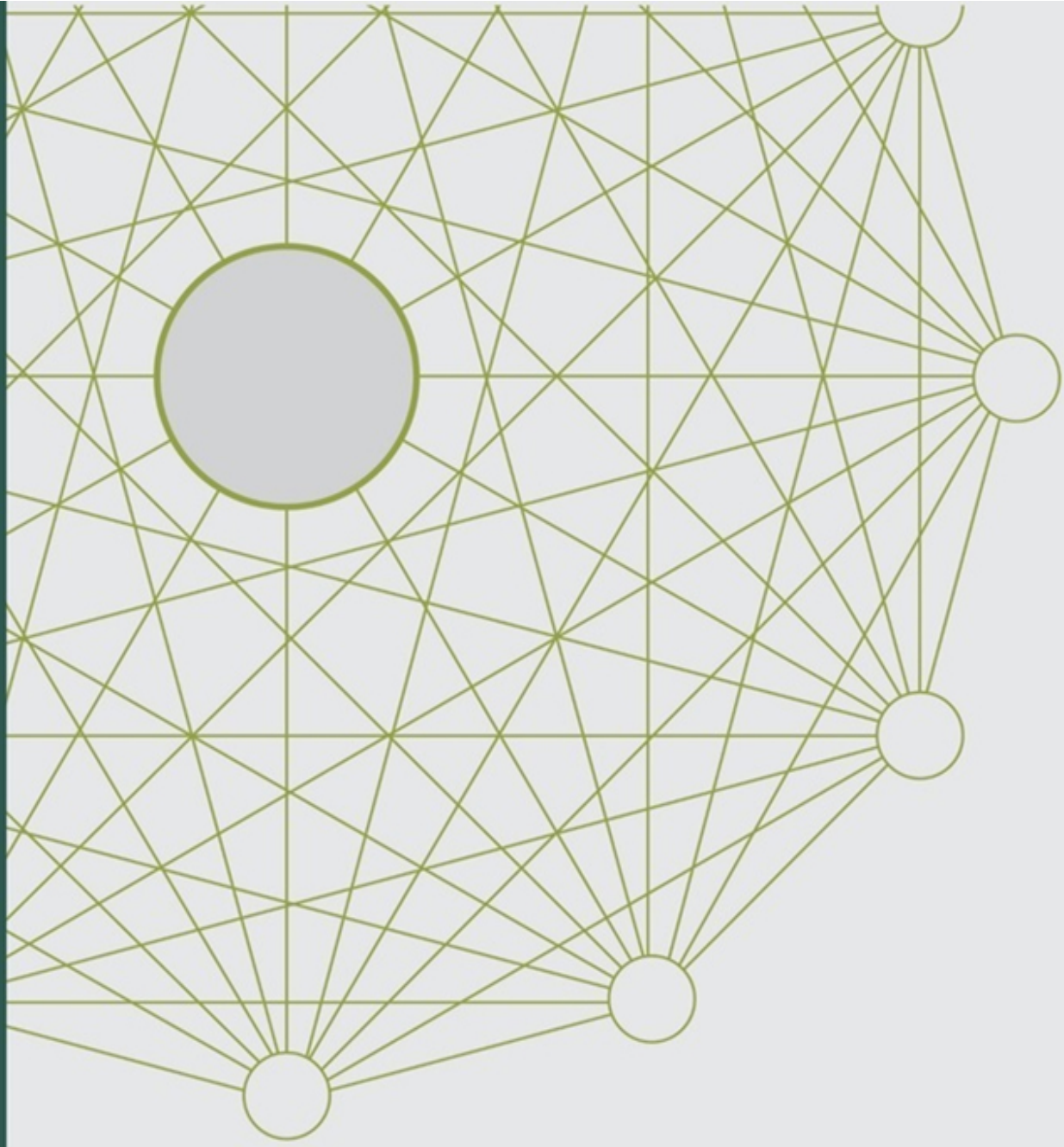


CARTA DE CONJUNTURA

Julho - Setembro

2016

MERCADO DE TRABALHO

32

ipea

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Juliano Cardoso Eleutério

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Claudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Alice Pessoa de Abreu

Chefe de Gabinete, Substituto
Márcio Simão

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Regina Alvarez

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

MERCADO DE TRABALHO

Sandro Sacchet de Carvalho[1]

SUMÁRIO

No segundo trimestre de 2016, as condições do mercado de trabalho permaneceram em ritmo acelerado de deterioração. A análise desagregada desse mercado, por meio dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), mostra que as maiores perdas (em pontos percentuais) acumuladas desde o início de 2015 foram justamente dos grupos que tendem a ter desemprego mais elevado (com destaque para os jovens de 14 a 24 anos). Entretanto a maior taxa de variação ficou com o grupo populacional que tem o menor nível de desemprego (pessoas com mais de 59 anos), cujo aumento foi de 132% na comparação entre o segundo trimestre deste ano com o último de 2014 (último período antes da piora no mercado de trabalho). Quando se analisa o que ocorreu apenas neste ano, a taxa de variação do desemprego também foi maior para as pessoas com mais de 59 anos, que apresentou uma alta 44% na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano – a taxa de desemprego desse grupo de idade passou de 3,29% no primeiro trimestre para 4,75% no segundo trimestre.

Desde o último trimestre de 2015, os dados da PNADC indicam que o aumento do desemprego foi causado majoritariamente pela queda da população ocupada, tendo sido reduzida a contribuição do aumento da população economicamente ativa (PEA). Por outro lado, o aumento do desemprego não tem sido ainda mais intenso porque muitos trabalhadores têm tomado a iniciativa de se tornarem trabalhadores por conta própria. A queda do número de trabalhadores formais (e também de empregados sem carteira) está sendo mais forte que a de ocupados, tendência que continuou sendo observada no segundo trimestre deste ano. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre abril e junho de 2016 foram encerradas mais de 226 mil vagas formais, além de outras 94 mil no mês de julho.

Na comparação com o trimestre anterior, o rendimento real médio não apresentou um desempenho tão ruim quanto à ocupação, apresentando uma queda de 1,5%. Entretanto, na comparação com o ano anterior, o rendimento real chegou a apresentar queda de mais de 4% neste segundo trimestre. A PNADC mostra que a redução nos salários reais foi pior em setores que exigem menor qualificação, visto que nenhuma ocupação que exige apenas ensino fundamental mostrou sustentação na renda, resultado corroborado pelo fato de que a queda dos rendimentos foi mais forte entre aqueles que recebem menos que o salário mínimo. Os rendimentos reais para quem recebe menos que o salário mínimo caíram cerca de 9% nos últimos 12 meses. Já o rendimento real do decil superior da distribuição de renda subiu 2,4% no último ano. Além desse grupo, apenas o trabalhador que ganha exatamente o salário mínimo não apresentou perda real de rendimento. A queda generalizada nos rendimentos, somada à queda na ocupação. fizeram com que no trimestre entre maio e julho de 2016, a massa salarial se situasse em 175 bilhões de reais (em R$ de junho de 2016), mesmo patamar que se encontrava há três anos.

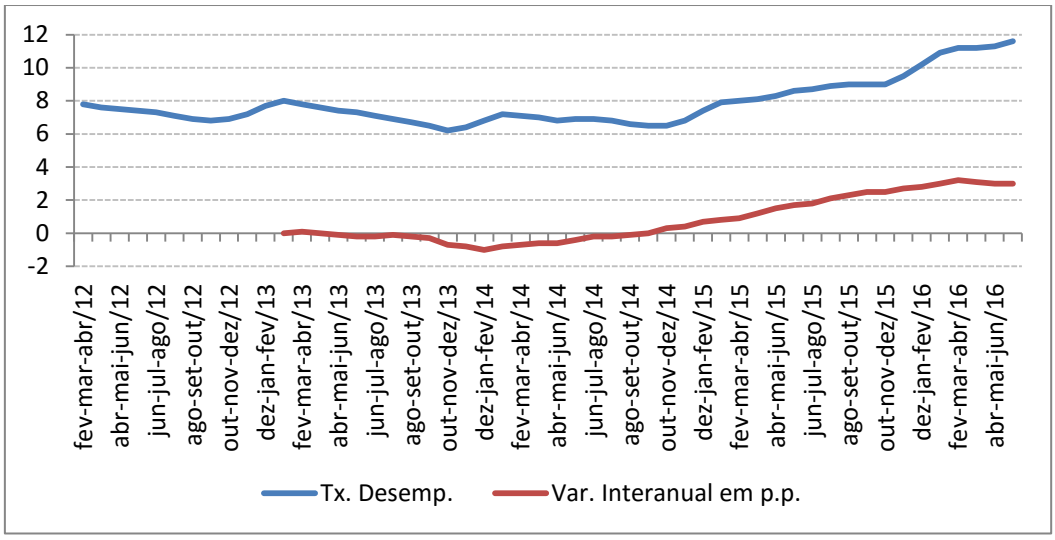
[1] Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail*: <sandro.carvalho@ipea.gov.br>.

Devido ao cenário macroeconômico atual, é provável que se observe a manutenção da queda do nível de ocupação, visto que esta tem sido causada principalmente pelo menor número de admissões, e estas ainda não apresentaram sinais de recuperação. Se isso resultará em aceleração da taxa de desemprego, dependerá muito do comportamento da PEA. Se ela voltar a crescer como no primeiro semestre de 2015, o desemprego poderá subir no mesmo ritmo acelerado apresentado neste trimestre.

TAXA DE DESEMPREGO E NÍVEL DE OCUPAÇÃO

As informações mais recentes divulgadas pela PNADC mostram que o segundo trimestre de 2016 foi marcado pela continuidade da deterioração das condições no mercado de trabalho. A taxa de desemprego passou de uma média de 10,9% no 1º trimestre de 2016 para uma média de 11,3% no 2º trimestre deste ano, tendo atingido 11,6% no trimestre móvel que inclui julho de 2016. O aumento do desemprego, quando se analisa a variação interanual, apontou certa estabilidade durante o ano de 2016 – conforme revela o gráfico 1. Tanto no 1º trimestre de 2016 quanto no 2°, a taxa de desemprego foi mantida três pontos percentuais acima do valor do mesmo trimestre de 2015, tendo atingido um pico de 3,2 pontos percentuais no trimestre móvel entre fevereiro e abril.

GRÁFICO 1
Taxa de Desemprego
(Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A Tabela 1 mostra, em detalhes, a evolução taxa de desemprego e revela que, analisando-se a comparação interanual em pontos percentuais, a crise afetou mais gravemente os grupos que tendem a ter desemprego mais elevado – no Nordeste, entre as mulheres, os mais jovens (até 25 anos), os que não são chefes de família, com ensino médio incompleto, e nas regiões metropolitanas. . Entre o 4º trimestre de 2014, ponto mínimo de desemprego na maioria dos grupos, e o 2º trimestre de 2016, o desemprego subiu 11,5 p.p. entre os jovens, contra 4,34 p.p entre os adultos até 59 anos. Subiu 8,43 p.p. entre aqueles com ensino médio incompleto e 3,44 p. p. para trabalhadores com ensino superior. Ainda subiu 3,17 p.p. entre chefes de família e 6,14 p. p entre não chefes. Por outro lado, o contrário se mostra verdadeiro, quando se analisa a evolução do desemprego em termos percentuais. Por exemplo, comparando o mesmo período,

a taxa de desemprego subiu 113% na região Sul, contra 65% no Norte e 60% Nordeste. E subiu 94% entre os chefes de família contra 67% entre os não chefes. Até o primeiro trimestre de 2016, a exceção eram os mais jovens, que apresentavam uma taxa de desemprego 73% maior, elevação superior aos demais grupos etários. Com o leve aumento do desemprego no grupo etário entre 14 e 24 anos no 2° trimestre e a contínua deterioração nos grupos mais velhos, na comparação com o 4º trimestre de 2014 o desemprego subiu 75% para os jovens, 90% para os adultos e 132% para o grupo com mais de 60 anos.

TABELA 1
Taxa de Desemprego
(Em %)

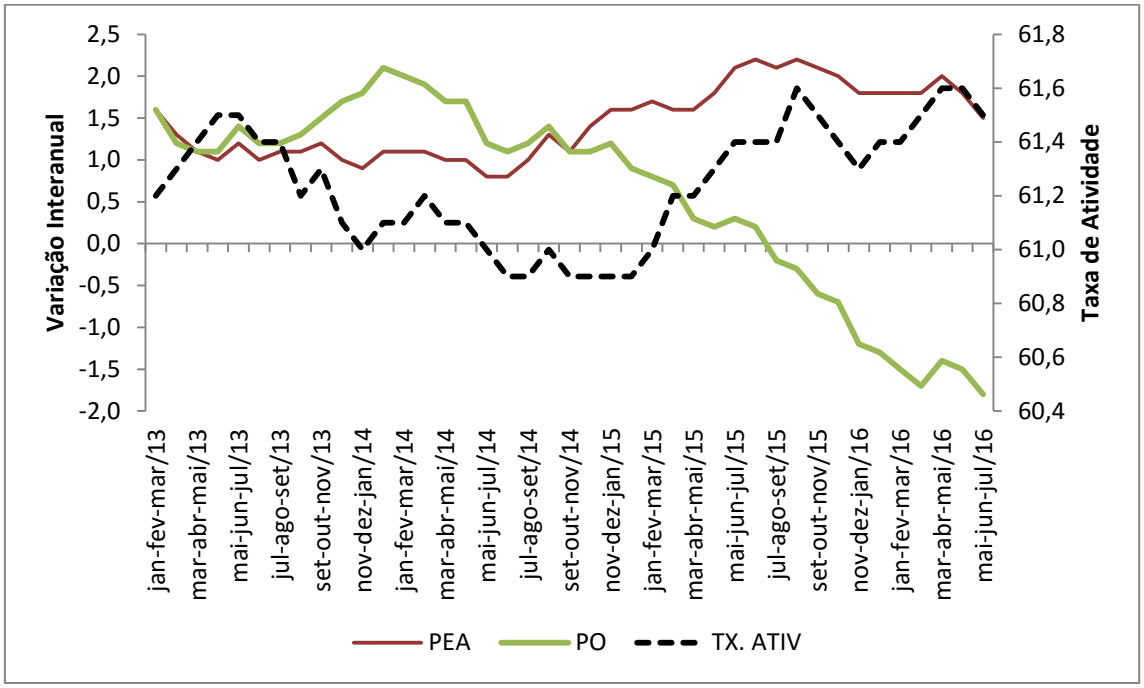
	2014				2015				2016	
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Brasil	7,17%	6,85%	6,77%	6,50%	7,94%	8,31%	8,88%	8,96%	10,90%	11,30%
Centro_Oeste	5,89%	5,58%	5,39%	5,31%	7,29%	7,36%	7,52%	7,37%	9,66%	9,70%
Nordeste	9,34%	8,78%	8,57%	8,26%	9,56%	10,28%	10,81%	10,45%	12,80%	13,21%
Norte	7,71%	7,23%	6,90%	6,77%	8,66%	8,53%	8,84%	8,63%	10,48%	11,23%
Sudeste	7,05%	6,85%	6,86%	6,60%	7,99%	8,28%	9,03%	9,59%	11,38%	11,70%
Sul	4,37%	4,13%	4,22%	3,77%	5,10%	5,52%	5,99%	5,69%	7,35%	8,04%
Masculino	5,91%	5,81%	5,65%	5,55%	6,62%	7,14%	7,71%	7,72%	9,48%	9,87%
Feminino	8,81%	8,21%	8,24%	7,72%	9,64%	9,81%	10,40%	10,56%	12,75%	13,17%
De14a24anos	16,83%	16,23%	16,16%	15,25%	19,02%	19,48%	20,75%	20,89%	26,36%	26,73%
De25a59anos	5,20%	5,00%	4,94%	4,81%	5,79%	6,17%	6,64%	6,69%	7,91%	9,15%
Maisde59anos	2,09%	1,91%	1,87%	2,05%	2,12%	2,58%	2,72%	2,52%	3,29%	4,75%
Não Chefe Familia	10,14%	9,71%	9,65%	9,17%	11,27%	11,56%	12,38%	12,29%	15,00%	15,31%
Chefe Familia	3,70%	3,53%	3,41%	3,38%	4,05%	4,54%	4,84%	5,06%	6,07%	6,55%
Fund_Incomp	5,96%	5,75%	5,72%	5,67%	6,47%	7,11%	7,86%	7,86%	9,06%	9,74%
Fund. Comp	7,73%	7,55%	7,44%	7,25%	8,31%	9,04%	9,67%	9,81%	11,61%	12,89%
Medio_Incomp	12,35%	12,23%	11,84%	12,14%	13,99%	13,81%	15,30%	16,23%	20,40%	20,57%
Medio_Comp	8,38%	7,96%	7,86%	7,96%	9,40%	9,87%	10,11%	10,13%	12,70%	12,82%
Superior	5,06%	4,57%	4,62%	4,31%	5,79%	5,59%	6,17%	6,22%	7,64%	7,75%
Rm	8,02%	8,07%	7,83%	7,27%	8,75%	9,10%	9,69%	9,75%	11,93%	12,56%
Nrm	6,53%	5,93%	5,90%	5,92%	7,33%	7,72%	8,29%	8,37%	10,13%	10,38%

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Na tabela A.1 no Apêndice, detalhamos a evolução do desemprego por estado da federação. A deterioração do emprego já está bastante generalizada pelo país. Em apenas oito estados a taxa de desemprego encontra-se ainda abaixo dos 10%: nos três estadosdo Sul, Rondônia, Roraima, Piauí, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. As maiores taxas de desemprego foram observadas no Amapá e na Bahia, seguidos de Pernambuco e Alagoas.

No gráfico 2, mostra-se a taxa de variação interanual da população ocupada, da população economicamente ativa e da taxa de atividade. O influxo de trabalhadores na PEA, decorrente da crise, perdeu força após julho de 2015 e apresentou uma estabilidade na comparação interanual com o 2° trimestre de 2016. Além disso, a PEA cresceu 1,8% em comparação com o ano anterior. A taxa de crescimento interanual no trimestre entre maio e julho de 2016 caiu para 1,5%. Com isso, a taxa de atividade também se manteve relativamente estável e registrou 61,5% no último trimestre móvel, valor apenas 0,1 p.p. maior que o registrado no primeiro trimestre de 2016. Foi o patamar em que a taxa de atividade se estabilizou após um ciclo de expansão da taxa de atividade que se observada nos três primeiros trimestres de 2015.

GRÁFICO 2
PO, PEA e Taxa de Atividade
(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

O gráfico 2 reforça que, de acordo com a PNADC, na comparação interanual, o nível de ocupação tem apresentado uma deterioração contínua e crescente desde o início da crise no final de 2014. Após ter atingido uma queda interanual de 1,7% no trimestre entre fevereiro e abril de 2016, o declínio da população ocupada reduziu sua intensidade entre março e maio, tendo diminuído 1,4% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Entretanto a variação da população ocupada alcançou um novo mínimo histórico da PNADC, com uma redução interanual de 1,8% no trimestre entre maio e julho. Aplicando uma decomposição da variação da taxa de desemprego utilizada no Banco Central (2010)[2], verifica-se que a queda da PO e o aumento da PEA tiveram contribuições similares para o aumento do desemprego desde o último

[2] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Desemprego aberto no Brasil: Contribuições da oferta e da demanda por trabalho. In: Relatório de Inflação, p. 17-19, dez. 2010.

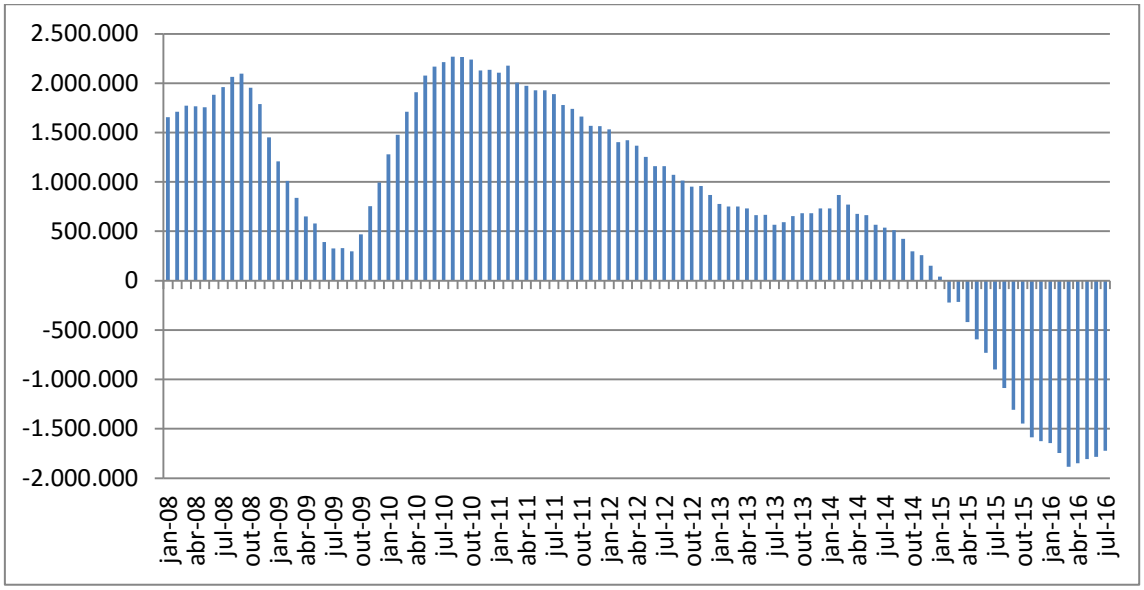
trimestre de 2014. Desde então, o aumento da PEA explicaria os 53% do aumento do desemprego, enquanto a queda da população ocupada responderia por 47%. No entanto, entre o 4º trimestre de 2014 e o 3º de 2015, o crescimento da PEA respondeu pela maior parte do aumento do desemprego (74%), ao mesmo tempo em que, nos últimos trimestres, a queda da PO passou a ter mais relevância para a piora da taxa de desemprego.

OCUPAÇÃO FORMAL E EMPREGO SETORIAL

Os dados do CAGED reforçam a conclusão de que o nível de ocupação continuou se deteriorando no segundo trimestre de 2016. O gráfico 3 mostra que foram encerrados 1,72 milhões de postos de trabalhos formais entre agosto de 2015 e julho de 2016, valor que representa uma diminuição no saldo negativo acumulado em 12 meses. Isso indica que, entre abril e julho de 2016, o encerramento de postos de trabalho com carteira foi menor que no mesmo período de 2015. Entretanto, nos últimos quatro meses, foram fechados mais de 321 mil postos formais, sendo 95 mil no mês de julho. O saldo negativo de vagas em julho marcou o 16º mês consecutivo com quedas no estoque de ocupações formais, sendo que, desde o início da crise, em outubro de 2014, já se acumula o encerramento de mais de 2,85 milhões de vagas com carteira de trabalho assinada.

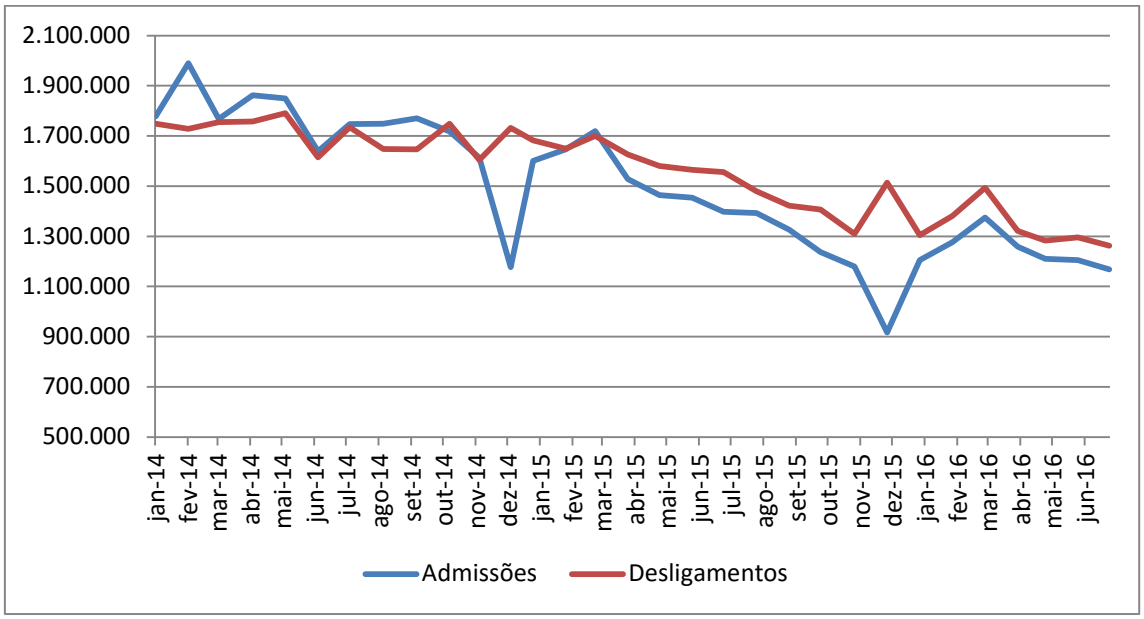
Os dados recentes do CAGED mantêm a tendência de que o fraco desempenho do mercado de trabalho permanece sendo majoritariamente explicado pela expressiva queda na quantidade de admissões, muito maior que a elevação no número de desligamentos. Em 2015, houve uma média mensal de 1,54 milhões de desligamentos, contra uma média de 1,71 milhões no ano anterior. Em 2016, a média de desligamentos foi de 1,33 milhões. A queda no número de desligamentos pode ser explicada não só porque incidem sobre um estoque menor de ocupações, mas também porque, em períodos de crise, as demissões voluntárias são reduzidas. Por outro lado, a média de admissões mensais que, em 2014, era de 1,72 milhões, caiu para 1,40 milhões em 2015 e, em 2016, atingiu 1,24 milhões, sendo apenas 1,17 milhões em julho.

GRÁFICO 3
CAGED – Saldo Líquido em 12 meses



Fonte: MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 4
CAGED – Admissões e desligamentos



Fonte: MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 2 mostra o desempenho do mercado de trabalho formal ao longo dos dois primeiros trimestres deste ano e o saldo acumulado em doze meses para diferentes setores da economia. Enquanto, nos três primeiros meses de 2016, já haviam sido destruídos mais de 323 mil postos formais, no segundo trimestre foram encerradas mais 226 mil vagas. Os setores que mais contribuíram para essa deterioração foram a indústria de transformação, os serviços e o comércio. No caso da indústria da transformação, apesar de ser o setor mais atingido pela crise,

nota-se que o saldo acumulado em 12 meses já apresenta uma queda. Há também uma participação crescente dos serviços e uma importante parcela da construção civil no recuo dos postos formais de emprego, setores que apresentaram um desempenho bastante fraco no segundo trimestre de 2016.

TABELA 2
Saldo líquido no primeiro trimestre e em 12 meses por setor de atividade – CAGED

	Acum. no Trimestre		Acum. 12 Meses				
	1º T. 2016	2º T. 2016	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16
Total das Atividades	-323.052	-226.491	-1.883.696	-1.848.712	-1.805.728	-1.785.561	-1.722.380
Extrativa Mineral	-2.574	-2.219	-11.882	-11.338	-11.478	-11.564	-11.950
Indústria de Transformação	-67.596	-68.246	-688.452	-650.584	-610.757	-577.631	-526.617
S.I.U.P.	-2.300	-1.581	-11.242	-11.559	-11.621	-11.200	-11.080
Const. Civil	-43.924	-72.925	-404.259	-397.247	-396.192	-400.210	-405.932
Comércio	-167.248	-86.179	-288.184	-297.809	-307.343	-308.545	-290.286
Serviços	-45.002	-89.575	-461.343	-463.750	-468.108	-471.656	-453.786
Adm. Pública	12.655	4.436	-11.744	-9.416	-7.975	-6.481	-4.243
Agropecuária	-7.063	89.798	-6.590	-7.009	7.746	1.726	-18.486

Fonte: MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 3 apresenta a variação interanual da ocupação por setores e posição na ocupação nos últimos trimestres de acordo com a PNADC. Os dados setoriais apresentam impressões um pouco distintas das observadas no CAGED. Também na PNADC, a indústria da transformação e a construção civil foram responsáveis por boa parte da deterioração do nível de ocupação, mas a administração pública e o comércio mostraram tendências diferentes entre as duas pesquisas. Na PNADC houve uma queda acentuada na ocupação na administração pública, sendo o saldo acumulado no ano positivo, o que não foi verificado no CAGED. E no comércio, observou-se o inverso, tendo a queda sido observada no CAGED e não na PNADC, apenas no trimestre mais recente há uma queda de 1% na taxa de variação interanual. No setor de serviços, desagregando os dados do CAGED, as diferenças com a PNADC não são grandes. Os serviços mais afetados pela crise foram as indústrias financeiras, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas.

TABELA 3
Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC
(Taxa de variação interanual, em %)

	4º Trim-14	1º Trim-15	2º Trim-15	3º Trim-15	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16
BRASIL	1,1	0,8	0,2	-0,2	-0,7	-1,5	-1,8
Agricultura	-9,0	-0,9	-2,1	-1,4	-0,8	-1,1	-1,5
Indústria	4,2	1,9	-0,3	-3,9	-7,9	-11,5	-11,0
Construção	-4,1	-4,9	-8,6	-4,0	2,0	-1,2	3,9
Comércio	0,2	-0,2	1,0	2,1	1,0	0,0	-1,0
Adm. Pública	-6,8	-9,0	-11,5	-9,7	-4,0	-3,9	-1,4
Transporte e Correios	1,1	3,4	0,9	3,4	5,8	4,3	5,0
Alojamento e Alimentação	2,1	1,2	4,6	3,1	6,3	4,0	3,8
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	8,2	5,4	4,9	-1,2	-9,1	-6,3	-10,0
Saúde e Educação	11,0	8,4	9,1	9,6	4,9	5,8	5,5
Outros Serviços	3,1	0,4	1,0	-1,3	-1,7	0,2	-0,5
Serviços Domésticos	0,3	1,6	0,0	0,6	6,8	4,3	5,3
Com Carteira	1,8	-0,3	-1,9	-2,7	-2,5	-3,1	-3,1
Sem Carteira	-2,3	-1,6	-0,9	0,3	-3,2	-5,2	-2,7
Conta Própria	2,2	4,2	4,7	3,5	5,3	6,5	3,9

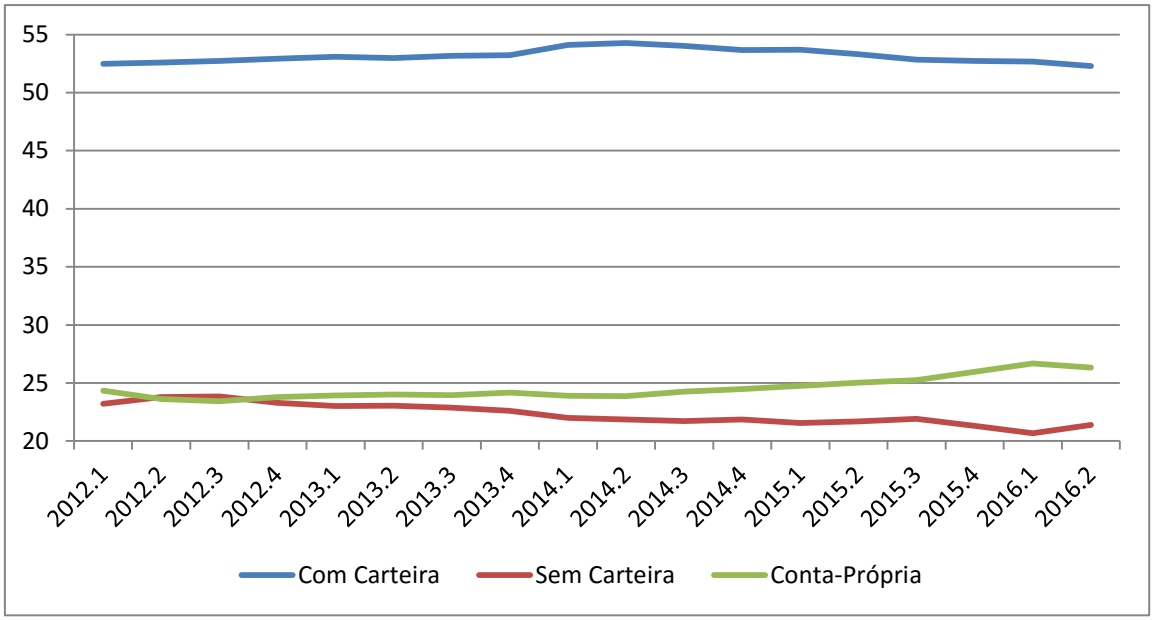
Fonte: PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Deve-se ressaltar que existem diferenças de coberturas entre as duas pesquisas que podem explicar essas divergências. Enquanto o CAGED cobre apenas empregados formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a PNADC registra dados sobre todos os ocupados – inclusive os estatutários e os trabalhadores informais. O detalhamento das variações por posição na ocupação será feito em seguida, mas a tabela 3 mostra que as diferenças entre os trabalhadores formais e informais que já vêm sendo observadas ao longo da crise mantiveram-se no último trimestre. Desde o primeiro trimestre de 2015, observa-se uma queda crescente na ocupação com carteira assinada. Entretanto, o nível de ocupação entre os empregados sem carteira assinada também apresentou uma deterioração expressiva. E, à medida que a crise econômica agravou as condições do mercado de trabalho, um grande influxo de ocupados buscou trabalho por conta própria como alternativa ao desemprego. De certa forma, o mesmo argumento pode ser estendido à reversão da tendência de queda do número de ocupados nos serviços domésticos que vinha sendo observada até recentemente.

A perda de ocupados entre os empregados informais fez com que a taxa de formalidade (entendida aqui como a proporção de trabalhadores formais entre os ocupados, exclusive empregadores) não apresentasse uma queda que fosse proporcional ao agravamento do desemprego. Conforme se vê no gráfico 5, a taxa de formalidade no segundo trimestre de 2016 situou-se em 52,3%, que, apesar de menor que o pico de 54,3% (2º trimestre de 2014), é próxima ao patamar observado em 2012, enquanto a taxa de desemprego atual está em níveis

bem superiores que à de 2012. Por outro lado, a participação dos trabalhadores por conta própria saltou de 23,5% em 2012 para mais de 26% no segundo trimestre de 2016. E o nível de informalidade não teve uma queda mais intensa, pois a proporção de empregados sem carteira também tem apresentado queda.

GRÁFICO 5
Taxa de Formalidade – (proporção de trabalhadores com carteira, sem carteira e conta própria) (Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 4 apresenta a variação interanual da ocupação por setor de atividade e posição na ocupação no segundo trimestre de 2016 na PNADC para que seja possível entender algumas das diferenças observadas entre esta pesquisa e o registrado no CAGED. Verifica-se que, conforme esperado, as informações das duas pesquisas sobre os empregados com carteira são mais consistentes entre si. A sustentação da ocupação no comércio observada na tabela 3 se deve ao influxo de trabalhadores por conta própria, tendo a ocupação formal também se reduzido nesse setor. É o mesmo caso de outros setores que mostraram sustentação do nível de ocupação, como transporte e alojamento e alimentação, nos quais há queda da ocupação formal e sem carteira, que foi compensada por trabalhadores por conta própria. O que permanece divergente é a queda mais intensa nos empregados públicos captada na PNADC ao longo de 2015, mesmo entre celetistas e estatutários, movimento que, no caso dos celetistas, não foi observado no CAGED, e, particularmente no segundo trimestre de 2016, os movimentos contrários na Construção Civil nas duas pesquisas.

TABELA 4
Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC 1º trimestre de 2016
(Taxa de variação interanual, em %)

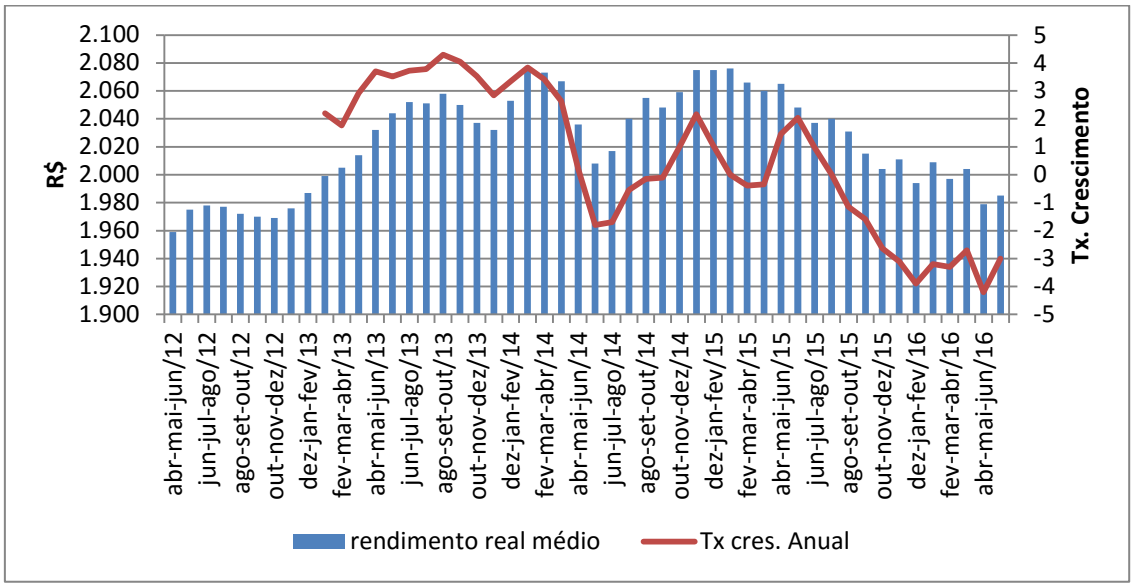
	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria
BRASIL	-3,1	-2,7	3,9
Agricultura	4,1	-6,1	0,8
Indústria Transformação	-13,8	-10,0	1,1
Indústria Extrativa	-14,1	-14,9	-12,3
SIUP	-14,4	-18,6	-9,8
Construção Civil	4,2	10,4	2,2
Comércio	-1,0	-8,4	3,3
Ind. Fin., Imobiliária e Serv. à empresas	-11,0	-10,8	-2,5
Transporte	3,7	0,3	12,5
Serviços Pessoais	-6,1	-11,2	7,9
Adm. Pública	-1,7	-0,5	---
Saúde e Educação	4,8	5,1	20,4
Alojamento e Alimentação	4,0	-8,4	14,0
Serviços Domésticos	7,7	4,2	---

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

RENDIMENTOS

O segundo trimestre de 2016 não apresentou melhoras na evolução do rendimento médio do trabalho. Medidos em reais de junho de 2016, a média dos rendimentos no segundo trimestre ficou em R$ 1979,00, ou seja, trinta reais menor que a média do primeiro trimestre de 2016, e quase cem reais abaixo do observado no início de 2015 e final de 2014. No entanto, no trimestre que terminou em julho, a média subiu ligeiramente para R$ 1985,00. A taxa de crescimento anual do rendimento real médio vem caindo desde meados de 2015 e atingiu uma queda de 4,2% no segundo trimestre de 2106, que desacelerou para 3% no último trimestre observado (entre maio e julho de 2016).

GRÁFICO 6
Rendimentos Reais –PNADC
(Em R$ e %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 5 mostra a queda dos rendimentos, que, até 2016, mostrava diferenças entre os setores, tornou-se plenamente generalizada. Por exemplo, ao contrário da ocupação, a indústria da transformação não foi o setor com a maior queda . Ao mostrar a taxa de variação anual dos rendimentos reais por setor de atividade nos últimos trimestres, a tabela revela que apenas na construção houve uma manutenção da renda no período recente. No segundo trimestre de 2016, as maiores quedas na renda foram em setores como outros serviços, agricultura e indústria.

Nas tabelas A.2 e A.3 no apêndice completa-se o panorama da evolução dos rendimentos médios no Brasil. A tabela A.2 mostra a evolução da renda por estado, enquanto que a tabela A.3 mostra os rendimentos médios por tipo de ocupação. A tabela A.2 aponta que os estados com pior renda são os do Nordeste, especialmente Maranhão, Ceará, Alagoas e Bahia, além do estado do Pará. Já a maior renda foi encontrada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, que conta com alta proporção de servidores públicos federais. Por sua vez, apenas seis estados mostraram crescimento na renda no último ano, com destaque para o Amapá, onde a renda cresceu 15% entre o segundo trimestre de 2015 e o mesmo período de 2016. Os demais estados foram Pará, Maranhão, Piauí, Sergipe e Rio de Janeiro. Por outro lado, as maiores quedas na renda (em torno de 7%, 8%) foram em Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Bahia e Pernambuco.

TABELA 5
Taxa de crescimento anual dos rendimentos reais por setor - PNADC
(Taxa de variação interanual, em %)

	4º Trim-14	1º Trim-15	2º Trim-15	3º Trim-15	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16
BRASIL	1,0	0,0	1,5	0,0	-2,6	-3,2	-4,2
Agricultura	1,7	2,0	-1,8	-2,4	-3,4	-8,0	-5,9
Indústria	-1,1	0,1	3,8	-0,9	2,5	-3,3	-5,3
Construção	-1,9	-6,2	-4,4	-0,9	-0,7	-0,1	2,3
Comércio	-1,0	0,1	-0,1	-1,0	-5,6	-5,5	-3,8
Adm. Pública, Saúde e Educação	4,2	-1,6	-1,5	-1,6	-6,3	-4,3	-3,2
Transporte e Correios	-2,6	-5,9	-4,7	-1,4	-4,3	-3,6	-3,3
Alojamento e Alimentação	1,8	0,0	0,1	-0,6	-2,6	1,1	-4,0
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	0,2	1,0	3,3	2,8	0,6	-1,1	-1,3
Outros Serviços	-1,6	-0,8	1,4	-2,6	-4,2	-7,5	-7,6
Serviços Domésticos	3,2	1,2	1,6	-1,3	-2,0	-0,3	-0,6

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela A.3 mostra que as quedas da renda também foram generalizadas pelos diferentes tipos de ocupação. Apenas cinco das 25 ocupações não observaram diminuição da renda no último ano (militares, profissionais das ciências e engenharias, ciências sociais e culturais, profissionais da engenharia de nível médio e profissionais de saúde de nível médio). As maiores quedas no rendimento médio foram observadas entre os professores do ensino superior, profissionais em operações financeiras e administrativas, trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção e diretores e gerentes. Entre as ocupações que exigem ensino superior, os maiores rendimentos estão entre os médicos, enquanto os menores estão entre os professores do ensino médio e fundamental, que recebem em média menos que algumas ocupações de nível médio, como profissionais de engenharia, profissionais em operações financeiras e administrativas e profissionais de serviços jurídicos, sociais e culturais. Nas ocupações que não exigem ensino médio, os maiores rendimentos estão entre os operadores de instalações e máquinas e vendedores.

Na tabela 6 mostra-se a evolução da distribuição dos rendimentos reais por decil. Os únicos decis que não apresentaram queda real no rendimento na comparação entre o segundo trimestre de 2016 e o mesmo trimestre do ano anterior foram o terceiro decil - composto por trabalhadores que recebem um salário mínimo - e o último decil, que é composto pelos trabalhadores melhor remunerados. Os trabalhadores que recebem abaixo do salário mínimo (dois primeiros decis) apresentaram uma queda real nos rendimentos de quase 9% nos últimos 12 meses. A mesma queda ocorreu com o penúltimo decil. Nos decis intermediários (quarto ao sétimo) a queda do rendimento real ficou em torno de 3% no último ano. Tais movimentos se traduziram em uma estabilidade do coeficiente de Gini dos rendimentos do trabalho ao longo desse período recessivo. O índice indicava 0,492 no último trimestre de 2014 e manteve-se estável em 0,49 durante 2015. No segundo trimestre de 2016 manteve-se em 0,487, mesmo valor do primeiro trimestre.

As quedas no rendimento generalizadas por setores e ao longo da distribuição, somadas à diminuição do nível de ocupação, fazem com que a deterioração da massa salarial real seja ainda mais pronunciada que a queda do rendimento médio, conforme mostra o gráfico 7.

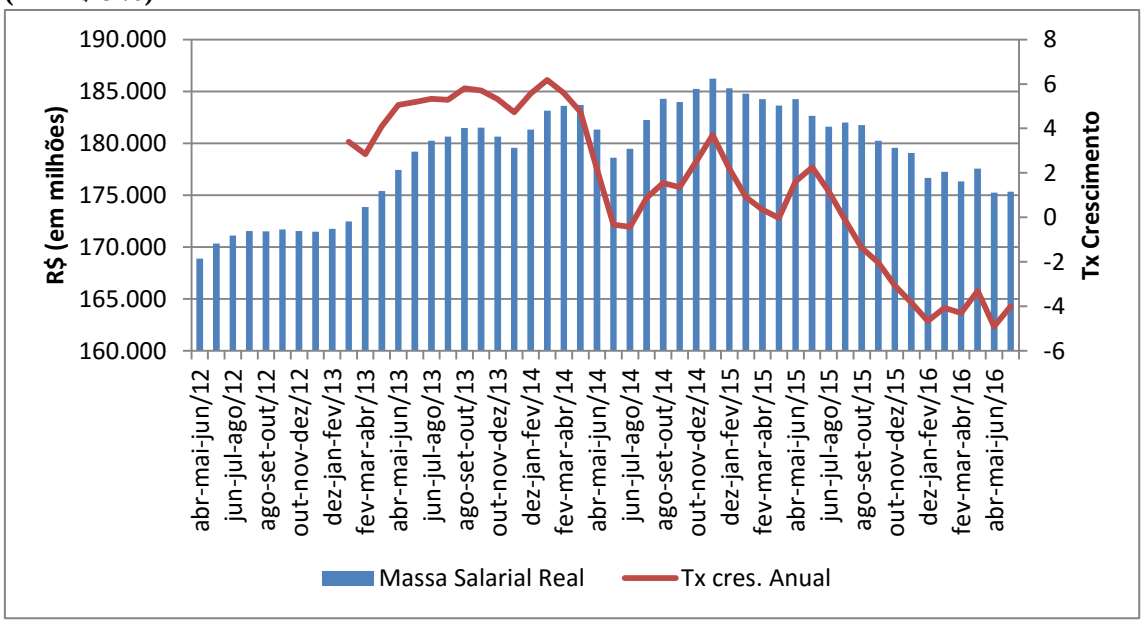
TABELA 6
Distribuição dos rendimentos reais por decil – PNADC
(Em R$ de maio de 2016)

	2014			2015				2016	
DECIL	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
10	356,0	353,2	348,8	395,0	383,7	376,1	337,4	356,3	350
20	711,9	706,4	720,9	789,9	767,4	752,2	685,3	712,7	700
30	859,1	852,4	841,8	889,2	863,9	846,7	830,8	895,9	880
40	949,3	941,9	930,2	947,9	931,8	924,1	927,9	916,3	900
50	1127,2	1130,3	1162,8	1128,5	1096,3	1074,5	1054,4	1018,1	1080
60	1352,7	1412,8	1395,3	1354,2	1315,5	1289,4	1265,3	1304,0	1300
70	1684,9	1704,8	1744,1	1692,7	1644,4	1611,8	1581,6	1629,0	1600
80	2373,1	2354,7	2325,5	2256,9	2192,5	2149,1	2108,8	2036,2	2000
90	3559,7	3532,1	3488,3	3385,4	3288,8	3223,6	3163,1	3156,2	3367,2

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A taxa de crescimento anual da massa salarial também começou a declinar em meados de 2015, tendo atingido uma queda de 4,9% no segundo trimestre de 2016. No entanto a aceleração do crescimento da massa salarial no início do ano passado foi menos intensa que a do rendimento médio, já refletindo a fraqueza do nível de ocupação. No trimestre entre maio e julho de 2016, a massa salarial se situou em 175 bilhões de reais, mesmo patamar que se encontrava há três anos (trimestre entre março e maio de 2013).

GRÁFICO 7
Massa Salarial Real –PNADC
(Em R$ e %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

APÊNDICE

TABELA A.1
Taxa de Desemprego por Estado
(Em %)

UF	2° T. 2014	3° T. 2014	4° T.2014	1° T. 2015	2° T. 2015	3° T. 2015	4° T.2015	1° T. 2016	2° T. 2016
Rondônia	4,11	4,11	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76
Acre	9,56	6,96	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02
Amazonas	8,26	6,72	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21
Roraima	5,24	6,27	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98
Pará	7,02	7,18	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86
Amapá	9,91	10,57	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8
Tocantins	7,65	7,53	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18
Maranhão	7,16	6,69	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81
Piauí	7,01	6,10	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88
Ceará	7,49	7,41	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45
Rio Grande do Norte	11,53	10,54	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47
Paraíba	8,77	9,21	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7
Pernambuco	7,92	8,31	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96
Alagoas	9,65	9,72	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92
Sergipe	9,56	9,04	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64
Bahia	10,10	9,74	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38
Minas Gerais	6,82	6,85	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93
Espírito Santo	6,49	5,79	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5
Rio de Janeiro	6,44	6,13	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38
São Paulo	7,04	7,22	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18
Paraná	4,15	4,07	3,70	5,31	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19
Santa Catarina	2,78	2,89	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66
Rio Grande do Sul	4,90	5,17	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72
Mato Grosso do Sul	3,93	4,03	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97
Mato Grosso	3,93	3,74	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8
Goiás	5,39	5,14	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15
Distrito Federal	9,19	8,86	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

TABELA A.2
Rendimentos reais médios por Estado
(Em R$)

UF	2° T. 2014	3° T. 2014	4° T.2014	1° T. 2015	2° T. 2015	3° T. 2015	4° T.2015	1° T. 2016	2° T. 2016
Rondônia	1687,1	1723,4	1729,2	1738,7	1710,2	1683,8	1670,9	1628,5	1606,7
Acre	1682,0	1663,0	1660,5	1781,9	1690,2	1589,5	1593,3	1548,3	1626,1
Amazonas	1834,8	1826,9	1810,4	1824,9	1732,9	1711,1	1712,5	1616,9	1657,4
Roraima	2110,7	2213,5	2176,9	2421,5	2123,4	2034,7	1929,6	2017,0	2035,2
Pará	1468,6	1468,3	1449,1	1421,2	1338,4	1370,4	1327,1	1328,5	1353,4
Amapá	1888,5	1978,1	1993,8	1964,4	1838,5	1839,2	1945,4	1908,0	2120,3
Tocantins	1629,0	1599,3	1690,2	1792,9	1746,8	1776,7	1663,1	1694,1	1655,9
Maranhão	990,7	995,0	1075,0	1067,5	1048,5	1066,6	1063,9	1050,2	1071,6
Piauí	1287,8	1268,8	1279,5	1265,8	1277,0	1270,3	1277,2	1286,0	1313,0
Ceará	1303,6	1312,5	1287,4	1282,6	1308,3	1294,3	1281,4	1308,2	1296,3
Rio Grande do Norte	1457,1	1461,4	1435,7	1523,7	1517,9	1541,4	1579,4	1465,2	1516,8
Paraíba	1398,9	1392,8	1417,6	1427,8	1409,8	1421,0	1354,0	1310,3	1328,4
Pernambuco	1914,2	1731,3	1840,2	1751,9	1640,0	1568,2	1497,9	1547,2	1518,6
Alagoas	1286,1	1319,1	1401,9	1380,3	1374,3	1362,2	1329,7	1324,3	1298,3
Sergipe	1815,7	1681,2	1670,2	1592,4	1559,2	1526,7	1452,1	1467,5	1606,0
Bahia	1363,4	1406,4	1383,0	1399,0	1412,4	1398,3	1346,2	1355,6	1285,1
Minas Gerais	1855,8	1915,4	1873,3	1874,7	1828,5	1814,3	1792,9	1778,8	1769,2
Espírito Santo	1923,9	1934,3	2032,8	1955,6	2003,9	1964,5	1967,4	1959,3	1895,6
Rio de Janeiro	2122,2	1999,1	2121,4	2219,7	2243,1	2246,8	2222,4	2303,6	2287,4
São Paulo	2594,3	2639,4	2647,6	2709,7	2733,5	2666,6	2644,1	2635,0	2537,9
Paraná	2225,0	2235,6	2292,4	2287,4	2259,1	2248,9	2178,6	2122,4	2110,5
Santa Catarina	2134,3	2206,6	2280,3	2273,5	2228,3	2207,3	2124,8	2081,7	2048,1
Rio Grande do Sul	2254,5	2228,3	2247,2	2236,8	2211,5	2157,4	2203,1	2182,3	2209,3
Mato Grosso do Sul	1997,1	2005,8	1963,8	1959,2	1941,1	1845,1	1904,6	1897,9	1850,2
Mato Grosso	2115,8	2077,4	2070,5	2053,9	2078,4	2012,0	1958,7	1965,2	1997,1
Goiás	1977,9	2008,2	2032,8	2016,2	1941,7	1974,1	1864,5	1865,4	1850,6
Distrito Federal	3649,1	3555,5	3737,5	3843,6	3897,2	3774,2	3813,3	3663,6	3679,1

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

TABELA A.3
Rendimentos reais médios por Ocupação
(Em R$)

Ocupação	Anos de estudo	Rendimento Médio					
		1° T. 2015	2° T. 2015	3° T. 2015	4° T.2015	1° T. 2016	2° T. 2016
Militares	12,3	4048,2	3950,3	4047,3	4115,3	4181,8	4180,3
Diretores e Gerentes	12,2	5249,3	5372,7	5182,3	4954,1	4982,7	4746,5
Profissionais da Ciências e Engenharia	14,7	6547,1	6264,7	6414,9	6519,5	6142,6	6300,6
Médicos	15,0	13506,8	13555,2	13228,2	13248,8	13135,2	13042,7
Outros profissionais da Saúde	14,9	4589,5	4503,5	4549,2	4342,1	4212,2	4289,7
Professores do Ensino Superior	15,0	7748,2	8006,6	8119,0	7796,4	7415,8	7295,4
Professores do Ensino Médio e Fundamental	14,4	2659,4	2653,1	2574,2	2573,1	2524,3	2497,8
Outros profissionais do ensino	13,4	2516,8	2369,6	2323,8	2471,4	2393,0	2268,1
Especialista da Administração pública e de empresas	14,4	5401,8	5596,0	5255,6	5298,8	5196,9	5240,1
Profissionais de TI e comunicação	14,9	5746,3	5833,6	5673,2	5733,8	5347,2	5456,3
Profissionais do Direito	14,9	6666,2	6622,2	6585,8	6563,9	7019,4	6567,4
Profissionais em Ciências Sociais e culturais	13,0	3286,0	3176,3	3147,1	3250,2	3295,7	3509,8
Profissionais da engenharia de nível médio	11,5	2591,0	2433,0	2437,8	2662,6	2593,8	2641,6
Profissionais da Saúde de nível médio	11,7	1965,3	1923,1	1910,3	2027,1	1916,1	1957,2
Profissionais em operações financeiras e administrativas	12,4	3116,1	3201,6	3181,7	2967,1	3004,1	2889,6
Profissionais de serviços jurídicos, sociais e culturais	13,0	3034,5	2904,6	2839,1	2890,5	2929,3	2869,8
Técnico TI e comunicação	11,9	2337,1	2304,5	2299,4	2316,4	2237,8	2219,3
Trabalhadores de apoio administrativo	11,6	1655,0	1637,6	1614,4	1602,4	1605,3	1622,9
Trabalhadores dos Serviços Pessoais	8,6	1261,7	1242,2	1244,1	1224,3	1213,0	1194,7
Vendedores	9,5	1635,8	1570,8	1558,4	1540,4	1544,2	1526,5
Trabalhadores de cuidados pessoais e segurança	9,1	1506,9	1464,2	1458,5	1443,6	1459,3	1437,5
Trabalhadores da Agricultura	5,1	1298,8	1247,8	1302,7	1280,3	1164,6	1174,0
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção	7,6	1588,1	1563,5	1546,9	1514,8	1472,6	1458,8
Operadores de instalações e máquinas	8,2	1700,2	1687,8	1644,3	1659,4	1629,3	1656,8
Ocupações Elementares	6,4	927,2	914,1	887,1	885,0	887,7	884,2

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.